



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Campo Grande/MS, 31/03/2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

DPF – Departamento de Polícia Federal

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

SR – Superintendência Regional

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

SR/DPF/MS – Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul

DPF/DRS – Delegacia de Polícia Federal em Dourados/MS

DPF/CRA – Delegacia de Polícia Federal em Corumbá/MS

DPF/PPA – Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã/MS

DPF/NVI – Delegacia de Polícia Federal em Naviraí/MS

DPF/TLS – Delegacia de Polícia Federal em Três Lagoas/MS

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Título

Quadro 1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	10
Quadro 2 – Identificação das Unidades Orçamentarias responsáveis pela programação da Unidade....	17
Quadro 3 – Dados do Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações.....	18
Quadro 4 – Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precusores Químicos.....	21
Quadro 5 – Empresas sujeitas a controle de produtos químicos.....	22
Quadro 6 – Resultados das operações policiais no exercício 2009.....	22
Quadro 7 – Ação 2712 – Formação de Pessoal do Sistema de Justiça Criminal.....	23
Quadro 8 – Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública.....	23
Quadro 9 – Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União.....	24
Quadro 10 – Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	26
Quadro 11 – Relatório de Capacitações 2009 – Ações executadas pelo T&D.....	26
Quadro 12 – Ensino da distância.....	27
Quadro 13 – Cursos de Reciclagem Promovidos pela SR/DPF/MS.....	27
Quadro 14 – Participação em Seminários e Encontros.....	27
Quadro 15 – Comparativo 2007/2009.....	28
Quadro 16 – Dados do Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal e suas Ações.....	28
Quadro 17 – Ação 8979 – Reforma e Modernização das Unidades do DPF.....	29
Quadro 18 – Dados do Programa 1453 – Nacional de Seg. Pública com Cidadania – PRONASCI.....	30
Quadro 19 – Ação 8375 – Campanha do Desarmamento.....	30
Quadro 20 – Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	31
Quadro 21 – Ação 2000 – Administração da Unidade.....	32
Quadro 22 – Despesas por Modalidade de Contratação.....	33
Quadro 23 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	35
Quadro 24 – Evolução de Gastos Gerais.....	35
Quadro 25 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	36

Quadro 26 – Demonstrativo da execução Orçamentária por Programa de Governo.....	37
Quadro 27 – Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela Unidade.....	38
Quadro 28 – Composição do Quadro de Recursos Humanos.....	39
Quadro 29 – Composição e Custos de Recursos Humanos nos Exercícios 2007, 2008 e 2009.....	39
Quadro 30 – Comparativo de Custos de Recursos Humanos entre 2008 e 2009.....	41
Quadro 31 – Pagamento de Restos a Pagar.....	42
Quadro 32 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências.....	44
Quadro 33 – Relatório de Cumprimento das Deliberações do TCU.....	44
Quadro 34 – Declaração do Responsável pela Área Contratos.....	45

Sumário

Introdução.....	8
1 – Informações Gerais de Identificação.....	10
2 – Objetivos e Metas	12
2.1 – Responsabilidades Institucionais.....	12
2.1.2 – Objetivos Estratégicos.....	16
2.2 – Estratégia de Atuação.....	17
2.3 - Gestão orçamentária e financeira.....	17
2.3.1 – Programas/Ações.....	18
2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.....	18
2.3.1.1.2 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos.....	21
2.3.1.1.3 – Ação 2712 - Formação de Pessoal do Sistema de Justiça Criminal.....	22
2.3.1.1.4 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	23
2.3.1.1.5 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	24
2.3.1.1.6 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	26
2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal.....	28
2.3.1.2.2 – Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal.....	29
2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI...30	
2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento	30
2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo	31
2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade	32
2.4 – Desempenho Operacional.....	33
2.4.1 – Evolução das despesas.....	33
2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	33
2.4.1.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	35
2.4.1.4 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	36
2.4.1.5 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	37

2.4.1.6 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade.....	38
2.4.2 – Indicadores de desempenho	39
2.4.3 – Análise do desempenho	39
3 - Recursos Humanos.....	39
4 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	42
5 – Informações sobre Restos a Pagar.....	42
6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres	43
7 – Previdência Complementar Patrocinada.....	43
8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos.....	43
9 – Renúncia Tributária.....	43
10 – Operações de Fundo.....	43
11 – Determinações dos Órgãos de Controle.....	44
11.1 – Recomendações da CGU.....	44
11.2 - Determinações e Recomendações do TCU.....	44
12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009. .	45
13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios.....	45
14 – Outras Considerações.....	46
15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.....	47

Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2009, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul está estruturada em seis (6) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência, por cinco (5) Delegacias de Polícia Federal em Corumbá, Dourados, Naviraí, Ponta Porã e Três Lagoas.

Compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede, dez (10) Delegacias Especializadas Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico **subordinadas a Delegacia Regional Executiva** e, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, Grupo de Repressão a Crimes de Lavagem de Dinheiro e contra o Sistema Financeiro Nacional, **subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**), além de sete (7) Setores (Setor de Planejamento Operacional, Setor de Comunicação Social, Setor de Tecnologia da Informação, Setor de Inteligência Policial, Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial).

O Estado de Mato Grosso do Sul faz divisa com os Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, e fronteira com dois países, Bolívia e Paraguai, países conhecidos como produtores de cocaína e maconha, respectivamente, o que favorece o tráfico de entorpecentes e os crimes de contrabando e descaminho.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

No ano de 2009, a SR realizou operações policiais, resultando no cumprimento de mandados de busca e apreensão e prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva), conforme quadro a seguir.

Operações Realizadas pela Unidade no Exercício 2009.

A) SR/DPF/MS

1. Operação Feirona – Camelódromo – DELEFAZ
2. Operação Las Vegas – DELEFAZ (MBA 40 / MP 19)
3. Operação Cidadania – Porto Murtinho – DELEMIG
4. Operação Varredura – DELESP
5. Operação Beija-Flor – GRFIN (MBA – 04 / MP -00)
6. Operação Cascavel – GRFIN (MBA – 04 / MP – 00)
7. Operação Litoral – DRE (MBA 13/ MP 09)

B) DPF/TLS/MS

1. Operação Caiman (MBA 11 / MP 32)
2. Operação Entifada (MBA 03 / MP 00)

C) DPF/DRS/MS

1. Operação Saisine (MBA 25 / MP 21)
2. Operação Owari (MBA 85 / MP 42)

D) DPF/PPA/MS

1. Operação Seis Fronteiras
2. Operação Sede Campestre (MBA 16 / MP 18)

E) DPF/NVI/MS

1. Operação Cae yu (MBA 09 / MP 07)
2. Operação Zero Grau (MBA 14 / MP 16)
3. Operação Pedra Redonda (MBA 07 / MP 14)

F) DPF/CRA/MS (SEM OPERAÇÃO EM 2009)

TOTAL: MBA 231 / MP 178

Considerando que em 2010 será um ano eleitoral, a estratégia de atuação desta Superintendência, tem-se como meta para 2010 priorizar a área de defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público. Também continuarão sendo priorizadas as operações de combate ao tráfico de entorpecentes e crimes financeiros.

1 – Informações Gerais de Identificação

Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul			
Denominação abreviada: SR/DPF/MS			
Código SIORG: 1144	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200041 - 200354
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(67)3368-1155	(67)3368-1187	(67) 3368-1100
Endereço eletrônico: gab.srms@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, Campo Grande/MS, CEP 79110-503			
Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada			
Número de Ordem: 02			
Denominação completa: Fundo de Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – Superintendência Regional de Polícia Federal do Mato Grosso do Sul			
Denominação abreviada: FUNAPOL – SR/DPF/MS			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200355
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(67)3368-1155	(67)3368-1187	(67) 3368-1100

Endereço eletrônico: gab.srms@dpf.gov.br
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br
Endereço Postal: Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, Campo Grande/MS, CEP 79110-503
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas
<p>Criação: Dec. 77.649, de 19/05/76 DOU. 097, de 24/05/76 Transformada em Superintendência pelo: Dec. 70.665, de 02/06/72 DOU. 104, de 05/06/72</p> <p>Atribuições e competências: Art. 144 da Constituição Federal; Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU nº 198, de 16/10/2006;</p> <p>Estrutura: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16.3.2007.</p> <p>FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.</p>
Outras normas infra-legais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas
<ul style="list-style-type: none"> - Decreto nº 6.061, de 15.03.2007. - Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas
<p>As informações e orientações sobre os serviços oferecidos pela unidade se encontram disponíveis na página www.dpf.gov.br.</p>

2 – Objetivos e Metas

2.1 – Responsabilidades Institucionais

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem sua raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência de Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscriçãõ.

DPF/TLS/MS

TRÊS LAGOAS - MS

DELEGADO CHEFE

DPF Júnior Aparecido Tagliarenha

DELEGADO SUBSTITUTO

DPF Flavio Eduardo Ferreira Cuppari

Rua Joaquim Murтинho, 3.261
Jd. Alvorada • Três Lagoas • MS
Fone: (67) 3521-2293
E-mail: dpf.cm.tls.srms@dpf.gov.br



MATO GROSSO DO SUL

[VOLTAR](#) [MENU](#) [IMPRIMIR](#) [SAIR](#)

DPF/CRA/MS

CORUMBÁ - MS

DELEGADO CHEFE

DPF Mário Paulo Machado Nomoto

DELEGADO SUBSTITUTO

DPF Alexandre do Nascimento

Praça da República, 51
Centro • Corumbá • MS
Fone: (67) 3231-5848
E-mail: dpf.cm.cra.srms@dpf.gov.br



MATO GROSSO DO SUL

[VOLTAR](#) [MENU](#) [IMPRIMIR](#) [SAIR](#)

2.1.2 – Objetivos Estratégicos

No ano de 2009 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição, que serviram de parâmetro par atuação da Superintendência Regional em Mato Grosso do Sul:

1. Melhoria da Gestão;
2. Combate à Corrupção;
3. Combate ao Narcotráfico;
4. Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
5. Inserção Internacional : Acordos Bi-laterais Brasil-Bolívia e Brasil-Paraguai, para atuação conjunta das forças policiais na troca de informações e cooperação mútua na repressão dos crimes transnacionais; Oficiais de enlace entre os países citados.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência de Mato Grosso do Sul atuou mais notadamente na repressão ao tráfico de drogas e armas, bem como na resolução pacífica das questões agrárias envolvendo as demandas indígenas.

Cabe salientar, que na questão repressão ao tráfico de entorpecentes esta regional atingiu marca histórica na apreensão de cocaína (2.5 toneladas). Na repressão ao tráfico de substância entorpecente maconha, ocorreu um decréscimo nas apreensões, grande parte ao êxito das operações Nova Aliança (Brasil-Paraguai) que reduziu a oferta da substância na região, ainda assim esta regional manteve-se na vanguarda das apreensões e prisões se comparada as outras unidades da federação.

As delegacias reestruturas DELEPAT, DELEARM e GRFIN também exerceram importante papel nas suas áreas de atuação, podendo registrar número recorde na campanha do desarmamento, bem como realização de inúmeras ações visando reprimir a atuação dos grupos criminosos organizados.

Foi implementado a reestruturação dos núcleos de inteligência com a construção do núcleo integrado de inteligência, que abrigará todas as unidades de inteligência em um único local, visando otimizar meios lógicos, estruturais e de pessoal.

Outro importante avanço na área de polícia judiciária foi a criação da Central de Custódia de Vestígios, que proporcionará maior segurança jurídica na guarda do material arrecadado e apreendido no interesse das investigações e processos em curso.

2.2 – Estratégia de Atuação

A partir da indicação dos objetivos estratégicos apresentados pela Direção-Geral do DPF esta Regional realizou reuniões com as chefias visando indicar as melhores práticas para alcançar aqueles objetivos. Nesse sentido, elaborou um plano de metas regional, incluindo os anos de 2009 e 2010. Neste plano foram elencadas as alternativas para a melhoria na gestão regional. Dentre as alternativas pode-se destacar a melhoria na comunicação entre as chefias e destas com seus subordinados, via sistema informatizado “spark”, bem como sistema de pedido de informação, disponível aos chefes de Delegacias, visando acesso “on line” com o Setor de inteligência dessa Regional. O uso desse sistema resultou na diminuição de gastos com combustíveis, diárias e oficina, e mais rapidez na conclusão das investigações.

Não olvidando a importância desta Regional no combate ao tráfico de drogas, por ser este Estado do Mato Grosso do Sul a porta de entrada de entorpecente no território nacional, entendeu-se que também seria necessário melhorar a atuação desta Regional no Combate à Corrupção e aos crimes contra o Meio Ambiente. Essas áreas foram reforçadas, tanto com pessoas como com equipamentos, desenvolvendo novas técnicas de investigação. O resultado desse direcionamento foi o desencadeamento de operações policiais que desbaratou quadrilhas de corruptos no Estado, como a operação OWARI, bem como o geoprocessamento de áreas ilegalmente degradadas identificadas com o apoio de outras Instituições.

Tratando-se de área de fronteira, jugou-se de suma importância a inserção internacional da Polícia Federal junto aos países limítrofes. No caso desta Regional era imperativa a necessidade de integração entre o Estado Brasileiro e os países vizinhos Paraguai e Bolívia, limítrofes ao Estado do Mato Grosso do Sul. Nesse sentido foi firmado acordo internacional entre o Brasil e o Paraguai, visando cooperação técnica, troca de informações e operativos conjuntos, inclusive com agentes de enlaces atuando em ambos os Estados. Da mesma forma, também foi firmado acordo internacional com a Bolívia, nos mesmos moldes. O resultado positivo dessa prática se definiu já nos primeiros meses de atuação, restando comprovado a diminuição na apreensão de “maconha”, já que esta Regional colaborou na erradicação daquela droga no território Paraguaio e o aumento de apreensão de cocaína, resultado da troca de informações com a Polícia Nacional da Bolívia.

Outra estratégia implantada e que merece destaque é a atuação da área de inteligência e análise. Foram programadas reuniões para padronizar a atuação dessas áreas bem como unir todo o efetivo em um mesmo espaço. Isso serviu para evitar a falta de comunicação entre os diferentes setores de análise e assim prejudicar o andamento de investigações. Recursos foram alocados, estando em construção um setor específico que abrigará toda a área de inteligência e análise.

2.3 - Gestão orçamentária e financeira

Quadro 2- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
--	--------------	---------------------

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200354
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200355

2.3.1 – Programas/Ações

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

A Superintendência Regional em Mato Grosso do Sul, também, executou recursos do programa de Modernização da Polícia Federal, na ação referente reforma de parte do edifício da Regional, que tem mais de 30 anos, contemplando os banheiros e as delegacias da DRE e DELEFAZ, bem como, a reforma do galpão anexo para a implantação do CICOR – Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro 3- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União
Gerente de Programa	Não informado
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Não informado
Indicador(es) para avaliação	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia

do programa		Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)		Sociedade
Código	Tipo ¹	Descrição da Ação
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
2712	A	Formação de Pessoal do Sistema de Justiça Criminal
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: SIGPLAN

O valor executado neste programa foi de R\$ 3.108.755,79, sendo R\$ 425.287,44 no projeto 2679, R\$ 8.000,00 no projeto 2712, R\$ 174.620,36 no projeto 2720, R\$ 2.487.584,16 no projeto 2726 e R\$ 14.315,73 no projeto 4572. (fonte: SIAFI).

Objetivo estratégico:

- Intensificar o combate ao Crime Organizado no Estado de Mato Grosso do Sul – Tráfico de Entorpecentes, Tráfico e Contrabando de Armas e Munições, Crimes contra o Patrimônio e Combate a Lavagem de Dinheiro.
- Consolidar a estrutura da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR e de suas Delegacias e Grupo, no que tange a recursos humanos e materiais.
- Criação oficial do Grupo de Repressão a Crimes Financeiros – GRFIN.
- Estruturação da Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas - DELEARM visando atender a nova legislação de regularização e controle de armas – Campanha do Desarmamento e Federalização dos Portes de Armas com a criação do Sistema Nacional de Armas – SINARM.
- Adequação das instalações da Delegacia de Repressão a Entorpecentes - DRE e integração das bases de inteligência.
- Estruturação da Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio - DELEPAT e Gabinete da DRCOR.
- No contexto político-social internacional, considerando os países que fazem fronteira com o Estado de Mato Grosso do Sul:
 - Bolívia – Política de liberação das áreas de cultivo de cocaína e descontrole do acervo de armas oficiais, bem como ausência de política para o controle de comercialização de armas no país.

¹ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

Paraguai – Retomada das parcerias para atuação conjunta no combate ao tráfico de drogas e armas, visando especialmente a redução das áreas de cultivo de maconha, da atuação de narcotraficantes brasileiros na região e prisão dos mesmos.

Plano de ação:

- Considerando o contingenciamento dos recursos financeiros e orçamentários para o custeio de diária dos servidores, as ações policiais foram dificultadas e algumas, inevitavelmente, restaram-se prejudicadas.

- Foi realizada a “relocação” dos servidores, visando otimizar a distribuição do efetivo policial e administrativo disponível. Tal medida implicou na implementação de um Núcleo de Operações conjunto entre DELEARM e DELEPAT.

- Reforma da DRE, adequando as instalações às necessidades de serviço, iniciado no segundo semestre de 2009, com término previsto para o primeiro bimestre de 2010.

- Construção do Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado – CICCOR, com recursos provenientes da SENAD/MJ, para integrar as todas as bases de inteligência, otimizando a organização e o intercâmbio de informações de inteligência, iniciado em novembro de 2009 e com término previsto pra junho de 2010.

- Celebração do Acordo de Cooperação Brasil-Bolívia – aumento da fiscalização e investigações de inteligência na região da cidade de Corumbá/MS e intercâmbio entre os dois Países, visando cooperação mútua, treinamentos e trocas de informações no combate ao tráfico de drogas e armas, bem como viabilizar acordos de extradição de traficantes refugiados na Bolívia.

- Celebração do Acordo Brasil-Paraguai – aumento na aumento da fiscalização e investigações de inteligência na região da cidade de Ponta Porã/MS e intercâmbio entre os dois Países, visando cooperação mútua, treinamentos e trocas de informações no combate ao tráfico de drogas e armas, bem como viabilizar acordos de extradição de traficantes refugiados no Paraguai.

- Operação Nova Aliança – retomada das operações conjuntas com a SENAD/PY, para o combate ao plantio e ao tráfico de maconha e outras drogas na região de fronteira com o Paraguai. No ano de 2009 foram destruídos 629,5 hectares de pés de maconha, representando cerca de 1,9 toneladas de maconha destruída.

Resultados

A) Entorpecentes – apreensões:

- 1) Cocaína - 2,48 toneladas (maior quantitativo apreendido nos últimos 10 anos no Estado de Mato Grosso do Sul)
- 2) Maconha - 47 toneladas
- 3) Haxixe - 38,65 quilos
- 4) Crack - 4,83 quilos
- 5) Ecstasy - 3 comprimidos
- 6) LSD – 47 pontos
- 7) 507 presos
- 8) 621 inquéritos instaurados

B) Lavagem de dinheiro

- 1) 23 inquéritos instaurados
- 2) Valores apreendidos: R\$ 14.000,00, US\$ 195.000,00 e € 83.000,00
- 3) Valores bloqueados – R\$ 546.000,00
- 4) Crimes contra o patrimônio: 35 inquéritos instaurados.

C) Armas e munições

- 1) 38 inquéritos instaurados
- 2) 10.884 procedimentos analisados - pedidos de porte e registros de armas
- 3) 8.363 armas entregues – campanha do desarmamento
- 4) R\$ 77.700,00 pagos em indenizações na campanha do desarmamento

2.3.1.1.2 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2679

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	200355
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

O valor executado nesta ação foi de R\$ 425.287,44, ficando R\$ 23.807,20 em restos a pagar não processados.

Durante o ano de 2009 foram realizadas duas fases da Operação Seis Fronteiras, tendo sido efetuados trabalhos preventivos voltados para a região de fronteira, principalmente no município de Corumbá, a fim de evitar a comercialização e trânsito de produtos químicos em desacordo com a legislação.

Foi realizado, também, o trabalho administrativo de atendimento a empresas que buscam seu credenciamento junto ao DPF para a comercialização e uso dos produtos químicos controlados por este órgão, conforme a seguir informado:

Quadro 5 - Empresas sujeitas a controle de produtos químicos:

Total de empresas cadastradas:	107
Empresas que renovaram a licença:	73
Empresas com cadastro inicial em 2009:	34
Empresas notificadas;	53

Fonte: Arquivo físico DRE/SR/DPF/MS.

Quadro 6 - Resultados das operações policiais no exercício de 2009:

OPERAÇÃO	RESULTADOS					
	maconha (kg)	cocaína (kg)	haxixe (kg)	veículos	armas	autuados
CONEXÃO BRASBOL	0	103,313	0	14	1	43
MESTRE	3.581,389	0	0	10	0	13
GALOPEIRA	1.310,808	1,020	0	9	1	9
CB2 ROSE	0	43,007	0	4	1	11
ÑE'ENGATU	5.056,135	46,373	0	18	0	24
CB2 ADO	0	83,541	0	10	0	19
MANICACA	324,296	346,280	0	3	0	4
FLASH	0	18,896	0	1	0	1
LITORAL*						

*A Operação Litoral teve 13 mandados de busca e apreensão e 09 mandados de prisão temporária, todos convertidos em prisão preventiva.

2.3.1.1.3 – Ação 2712 - Formação de Pessoal do Sistema de Justiça Criminal

Quadro 7 - Dados Gerais da Ação 2712

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a formação e atualização de pessoal do Departamento de Polícia Federal para o exercício de suas atribuições e o treinamento de outros servidores que atuem diretamente em atividades do sistema de Justiça Criminal, bem como instituir a Universidade Corporativa da Polícia Federal.
Descrição	Formação e o aperfeiçoamento de policiais federais e servidores administrativos para atender as necessidades de pessoal do Departamento da Polícia Federal; formação de policiais de outras entidades congêneres e do sistema de justiça criminal; formação e treinamento que visem aprimorar as técnicas de combate ao crime no âmbito da Polícia Federal, bem como instituir a Universidade Corporativa da Polícia Federal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Anisio Soares Vieira
Unidades executoras	200355
Produto (unidade de medida)	Aluno Formado (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

O valor executado nesta ação foi de R\$ 8.000,00.

2.3.1.1.4 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro 8 - Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas	Departamento de Polícia Federal

decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Ademir Dias Cardoso Júnior
Unidades executoras	200355
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

O valor executado nesta ação foi de R\$ 174.620,06 (cento e setenta e quatro mil, seiscentos e vinte reais e seis centavos).

Em Mato Grosso do Sul, na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na aquisição de material, na prestação de serviços e no pagamento de despesas diversas que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução. Várias operações policiais fazem uso de recursos oriundos do Plano de Ação de Caráter Sigiloso.

Nesse sentido, durante o ano de 2009 foram realizadas diversas operações que redundaram na apreensão de 2.503.618,50 g de cocaína, contra 1.956.596,81 g em 2008; 45.426.990,76 g de maconha, contra 65.637.298,25 em 2008.

Foram apreendidas ainda, nas diversas operações policiais desencadeadas no decorrer do ano de 2009, aproximadamente 38.651 g de haxixe e 4.835 g de crack, além de 03 comprimidos de ecstasy e 47 de LSD.

2.3.1.1.5 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro 9 - Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma

	<p>integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.</p>
Descrição	<p>Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.</p>
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Unidades executoras	200355
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

O valor executado nesta ação foi de R\$ 2.487.584,16.

2.3.1.1.6 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro 10 - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Laura Vilella Rosa Tacca
Unidades executoras	200355
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

O valor executado nesta ação foi de R\$ 14.315,73, dado fornecido pelo SIAFI Gerencial.

Quadro 11 - Capacitações 2009 - Ações executadas pelo T&D

AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	Nº PARTICIPANTES	INSCRIÇÕES*
Formação de Piloto de Helicóptero	1	R\$ 8.000,00
Autocad 2d para iniciantes	12	R\$ 5.760,00
Excel Avançado, Microsoft, Acess	8	R\$ 8.000,00
Pacote Master TI – ITIL V2, ITIL V3, COBIT	1	R\$ 389,87
Especialização Máster em Arquitetura	1	R\$ 11.550,00
Inclusão de Categoria “A” - Habilitação	2	R\$ 970,00
Treinamento e Desenvolvimento WEB	1	R\$ 379,90
Capacitação em informática - acessibilidade	1	R\$ 2.400,00

Inclusão Categoria “E” - Habilitação	6	R\$ 6.690,00
TOTAL	33	R\$ 44.139,87

*O valores foram extraídos dos processos de contratação.

2) Outras ações:

Quadro 12 - Ensino a distância

AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	Nº PARTICIPANTES
Cursos diversos EAD SENASP/ANP	210

Quadro 13 - Cursos de reciclagem promovidos pela SR/DPF/MS

AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	Nº PARTICIPANTES
Instrução Armamento e Tiro DPF/PPA/MS	38
Direção Operacional OFF ROAD	31
Instrução pistolas Glock – SR/MS	38
Treinamento Armamento e Tiro – SR/MS	30
Instrução Fuzil G36, Glock e CDC - DPF/TLS/MS	33
Instrução Fuzil G36, Glock e CDC - DPF/TLS/MS	42
Bastão retrátil	33
TOTAL DE PARTICIPANTES	245

Quadro 14 - Participação em seminários e encontros:

AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	Nº PARTICIPANTES
Encontro de Execução Orçamentária	2
Encontro Regional SELOG	2
Semana de Administração Orçamentária	2
Capacitação na área de Gestão de Pessoas	4

Quadro 15 - Comparativo 2009/2007

Ações T&D

ANO: 2007

4 SERVIDORES	R\$ 4.312,20
--------------	--------------

ANO: 2009

33 SERVIDORES	R\$ 44.139,87
---------------	---------------

Ensino a distância SENASP/ANP

2007	2009
4 SERVIDORES	210 SERVIDORES

2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal

O Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal tem por objetivo reestruturar o DPF, proporcionando condições operacionais para o exercício de suas atribuições constitucionais, conforme detalhado em quadro abaixo, devendo-se observar que as Ações especificadas se referem apenas àquelas executadas por esta Superintendência.

Quadro 16 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.
Gerente de Programa		Rogério Augusto Viana Galloro
Responsável pelo Programa na UJ		Não informado
Indicador(es) para avaliação do programa		Não há indicador
Público-alvo (beneficiários)		Departamento de Polícia Federal
Código	Tipo²	Descrição da Ação
8979	A	Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal

Fonte: SIGPLAN

² Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

2.3.1.2.2 – Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal

Quadro 17 - Dados Gerais da Ação 8979

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Reformar e restaurar as instalações do Departamento de Polícia Federal, visando a melhoria da organização e do desenvolvimento das atividades, a redução de custos operacionais e o atendimento às crescentes demandas da sociedade em relação a segurança pública.
Descrição	Atendimento à crescente demanda de espaço físico adequado à formação e atuação dos servidores do Departamento de Polícia Federal, realizando obras de reforma e modernização nas bases operacionais, na Academia Nacional de Polícia e nas demais unidades do Departamento de Polícia Federal, contemplando: serviços preliminares, movimentos de terra, fundações, infra-estrutura, superestrutura, vedações, esquadrias, coberturas, instalações hidro-sanitárias, elétricas e de telecomunicações e informática, revestimentos e pavimentações (pisos, paredes e forros), vidros, pinturas, elevadores e serviços complementares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Renato José Lazary da Fonseca
Unidades executoras	200355
Produto (unidade de medida)	unidade reformada (% de execução física)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

O valor executado nesta ação foi de R\$ 1.349.525,32 na ação 8979.

1- obra de reforma do 1 pavimento e banheiros da SR/DPF/MS - Contrato nº 16/ 2009 SR/DPF/MS - início no dia 26 08 2009. elétrica, lógica e ar condicionado, valor do contrato R\$ 967.172,27. empresa Mark Construções Ltda.

2 - reforma do prédio principal e dos anexos da DPF/TLS para correção de vícios de construção - Contrato nº 001-2009 SR/DPF/MS – valor R\$ 132.286,53 - início 13 de maio de 2009. situação 100 % concluído. fase - recebimento definitivo empresa WLH Construções Ltda.

3- reforma do anexo para instalação da base de inteligência da DRE da SR/DPF/MS Contrato nº 17/2009 SR/DPF/MS - valor de R\$ 995.317,08, obra iniciada no início de - empresa Engefix- Construções Ltda.

2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

O Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

Quadro 18 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.
Gerente de Programa	Ronaldo Teixeira da Silva
Responsável pelo Programa na UJ	Não informado
Indicador(es) para avaliação do programa	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.

Fonte: SIGPLAN

O valor executado neste programa foi de R\$ 41.600,00 na ação 8375.

2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

Quadro 19 - Dados Gerais da Ação 8375

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas	Ministério da Justiça

decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Unidades executoras	200355
Produto (unidade de medida)	Indenização paga (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Considerações:

- 1) Registro de armas novas: 90
- 2) Cadastramento de Armas: 19.501
- 3) Armas Apreendidas: 329
- 4) Armas Furtadas: 41
- 5) Desarmamento(armas entregues): 319
- 6) Porte de Armas Deferidos: 20
- 7) Porte de Armas Indeferidos: 160
- 8) Valores Pagos em Indenização: R\$ 39.100,00

2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

A única ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos da Unidade.

Quadro 20 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Não informado
Objetivos Específicos		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa		Não informado
Indicadores para avaliação do programa		Este Programa não possui indicadores.
Público-alvo (beneficiários)		Governo
Código	Tipo³	Descrição da Ação
0		

³ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

2000	A	Administração da Unidade
------	---	--------------------------

Fonte: SIGPLAN

O valor executado neste programa foi de R\$ 6.938.667,96 na ação 2000. Tendo R\$ 365.393,71 inscritos em Restos a Pagar não processados.

2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro 21 - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e</p>

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200354
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Considerações

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.

O valor executado neste programa foi de R\$ 6.938.667,96 na ação 2000. Tendo R\$ 365.393,71 inscritos em Restos a Pagar não processados.

A unidade gestora tem sofrido grandes transtornos com os cortes orçamentários, fator que tem dificultado a eficiência da atividade de logística da SR/DPF/MS.

2.4 – Desempenho Operacional

2.4.1 – Evolução das despesas

2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 22 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	-	-	-	-
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	372.219,10	539.443,23	372.219,10	539.443,23
Concorrência	435.246,98	467.566,56	435.246,98	467.566,56
Pregão	5.147.402,91	4.639.198,81	5.147.402,91	4.639.198,81
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-

Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	767.175,02	777.454,49	767.175,02	777.454,49
Inexigibilidade	676.789,86	333.690,42	676.789,86	333.690,42
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	168.696,02	216.587,34	168.696,02	216.587,34
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha¹	-	-	-	-
Diárias	2.182.027,44	2.527.917,80	2.182.027,44	2.526.283,53
Outros	-	-	-	-

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

2.4.1.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 23 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal*	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
-	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
30-CONSUMO	1.758.466,24	1.920.189,79	1.677.210,24	1.866.187,18	81.256,00	54.002,61	1.677.210,24	1.866.187,18
36-Pessoa Física	167.811,93	215.242,00	167.811,93	203.366,01	.00	11.874,99	167.811,93	203.366,01
37-Locação de Mão de obra	1.779.439,11	2.224.186,57	1.539.462,30	2.138.495,46	239.976,81	85.691,11	1.539.462,30	2.138.495,46
39-Outros serviços terceiros	2.522.693,74	1.775.196,57	2.397.665,82	1.731.164,77	125.027,92	44.031,80	2.397.665,82	1.726.071,65
Demais elementos do grupo	3.931.244,65	6.235.111,21	3.233.662,51	4.422.234,87	697.582,14	1.812.876,34	3.233.662,51	4.422.152,97

*As despesas de pessoal ordinárias da Unidade Gestora são executadas pelo Órgão Central.

Quadro 24 - Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	314.805,31	381.629,00	455.472,04
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	3.116.987,63	2.182.027,44	2.740.458,53
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1 Publicidade	29.943,29	36.617,05	27.961,53
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	483.404,00	1.205.231,99	1.448.116,58
3.3 Tecnologia da Informação	416.371,12	432.698,18	471.223,88
3.4 Outras Terceirizações	0,00	33.844,26	442.193,62

4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	17.081,80	117.766,33	216.587,34
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	17.081,80	117.766,33	216.587,34
TOTAIS	4.378.593,15	4.389.814,25	5.802.013,52

Considerações

A grande dificuldade no exercício foi a falta de orçamento para aquisição de materiais de consumo e de permanente.

Faz-se necessário a ampliação dos contratos de limpeza e conservação predial e de vigilância patrimonial, tendo em vista que, naquele, houve aumento de área construída, e deste, justifica-se pelo uso de policiais para esse fim nas delegacias descentralizadas, o que acaba comprometendo o desempenho operacional das unidades.

2.4.1.4 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 25 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
51-Obras e instalações	44.211.108,00	2.114.525,32		539.443,23	442.111,08	1.575.082,09		539.443,23
52-Equip.mat.permanente	454.803,29	361.628,81	200.966,50	169.650,36	253.836,79	191.978,45	0,00	169.650,36
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
-	-	-	-	-	-	-	-	-

Considerações

O edifício sede da unidade conta com mais de 30 anos de uso e demanda diversas reformas para permitir abrigar o atual quadro de servidores da Polícia Federal no Estado, nestes termos, deve-se fazer gestão para a construção de uma nova Superintendência, visando, não somente melhorar o ambiente e a qualidade de trabalho, mas também, comportar os novos servidores e as novas estruturas do órgão pelos próximos 30 anos.

2.4.1.5 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Quadro 26 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
-		3.142.870,75	3.108.817,69	34.033,06	3.108.755,79	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência ¹			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício ³
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	31/12/09	*	101	75	101
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Este índice quanto menor, melhor, pois indica quantidade de média de dias para a conclusão de um inquérito desde a sua instauração até a conclusão.						
* Informação não disponível no relatório de Gestão do exercício de 2008, tendo em vista que não foi disponibilizada pelo setor competente.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (PERCENTAGEM)	31/12/09	78,7	92,8	120	92,8
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
Análise do Resultado Alcançado:						
O índice previsto não foi alcançado tendo em vista a carência de servidores na área de cartório.						

Fonte: SIGPLAN e SISCART

Considerações

A falta de servidores na área cartorária, no caso, escrivães, tem comprometido o desempenho da instituição, tendo em vista tratar-se de servidores que formalizam todos os procedimentos do inquérito.

Com relação ao Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal, não há indicadores a serem avaliados.

2.4.1.6 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade

Quadro 27 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo ¹	Prio ²	Unidade Medida	Meta Física ³			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
04	422	0665	8236	A		N/D	NA	NA	NA	NA	123.612,73	NA
06	612	7500	2000	A		N/D	NA	NA	NA	NA	22.293,62	NA
06	125	0662	2679	A		N/D	NA	NA	NA	NA	425.287,44	NA
06	128	0662	2712	A		N/D	NA	NA	NA	NA	8.000,00	NA
06	128	0662	4572	A		N/D	NA	NA	NA	NA	14.315,73	NA
06	181	0662	2726	A		N/D	NA	NA	NA	NA	2.486.614,16	NA
06	181	1353	8979	A		N/D	NA	NA	NA	NA	502.020,50	NA
06	183	0662	2720	A		N/D	NA	NA	NA	NA	174.620,36	NA
N/D**	N/D**	0750	2000	A		N/D	NA	NA	NA	NA	6.938.6677,96	NA
N/D**	N/D**	0750	2012	A		N/D	NA	NA	NA	NA	1.578,33	NA
N/D**	N/D**	1453	8375	A		N/D	NA	NA	NA	NA	41.600,00	NA

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

**Dado não disponível no SIAFI gerencial.

Considerações

Vide itens 2.4.1.3, 2.4.1.4, 2.4.1.5 e 2.4.1.6.

2.4.2 – Indicadores de desempenho

Diante da grande dificuldade de se estabelecer indicadores de desempenho na instituição, tendo em vista as infinidades de atribuições e de processos produtivos, bem como, a necessidade de se padronizar tais indicadores em todas as unidades da Polícia Federal, esta Regional não possui tais elementos.

Para resolver os problemas acima expostos, a Direção Geral contratou a Fundação Getúlio Vargas – FGV – para mapear os processos produtivos da instituição e estabelecer indicadores de desempenho para todo o departamento, visando a elaboração de uma instrução normativa para definir os métodos e os responsáveis para gerenciar cada indicador.

Salienta-se que tal necessidade foi motivo de cobrança através do Acórdão nº 552/2009-TCU – 1ª Câmara, tendo as providências solicitadas a Direção Geral através do Ofício nº 10395/09-GAB/SR/DPF/MS.

2.4.3 – Análise do desempenho

Item prejudicado diante das informações prestadas no item 2.4.2.

3 - Recursos Humanos

Quadro 28 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	Σ	Σ	Não há informação ¹
Próprios	496	496	
Requisitados			
Celetistas			
Cargos de livre provimento	Σ	Σ	
Estatutários			
Não Estatutários			
Terceirizados			
Total			

Fonte: SIAPE

¹ - O Departamento de Polícia Federal não possui levantamento quanto ao quantitativo ideal de servidores para os seus quadros.

Quadro 29 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	428	43.129.963,90	-	-	-	-
2008	459	55.491.884,98	-	-	-	-

2009	496	64.866.327,34	-	-	-	-	-	-
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	0	-	-	-	-	-	-	-
2008	0	-	-	-	-	-	-	-
2009	0	-	-	-	-	-	-	-
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	1	24.730,01	-	-	-	-	-	-
2008	1	25.778,18	-	-	-	-	-	-
2009	0	-	-	-	-	-	-	-
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	1	58.457,64	-	-	-	-	-	-
2008	1	134.921,68	-	-	-	-	-	-
2009	0	-	-	-	-	-	-	-
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	0	-	-	-	-	-	-	-
2008	0	-	-	-	-	-	-	-
2009	0	-	-	-	-	-	-	-
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	0	-	-	-	-	-	-	-
2008	0	-	-	-	-	-	-	-
2009	0	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAPE

Considerações

No período de 2007 a 2009, com o ingresso de novos servidores oriundos da Academia Nacional de Polícia, houve um acréscimo de 15,88 % no ano de 2009 em comparação ao efetivo de 2007, este acréscimo ocorreu apesar das aposentadorias, vacâncias, remoções, falecimentos e outras ocorrências típicas de um Estado fronteiriço, onde muitos servidores, pelos mais diversos motivos querem sair e poucos querem compor os seus quadros.

Sem prejuízo de outras abordagens que a Superintendência considere adequado, interessa informar sobre:

a) Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional;

Houve um aumento quantitativo e qualitativo do pessoal da área fim ocasionado pelo ingresso de novos servidores da Academia Nacional de Polícia e também da especialização dos servidores pelo treinamento oferecido através de cursos de capacitação.

b) Adequação dos quantitativos de área-meio em relação à área-fim;

Quadro 30 – Comparativo de Custos do Recursos Humanos entre 2008 e 2009.

Descrição:	2008	
	Quantidade	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	380	51.813.087,51
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	79	3.678.797,94
Total Geral	459	55.491.884,98

Descrição:	2009	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	417	61350572,39
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	79	3515754,95
Total Geral	496	64866327,34

No ano de 2008 havia 17,21 % dos servidores atuando na área administrativa, no ano de 2009 esta relação baixou para 16 %.

c) Desempenho funcional dos servidores e funcionários;

O Setor de Recursos Humanos não dispõe de elementos para avaliação do desempenho dos servidores e funcionários, tais dados podem estar sendo avaliados por outros setores que estão auxiliando na elaboração deste relatório, mas dos números que tive acesso, a área administrativa, aqui chamada de suporte, está desempenhando bem o seu papel, apesar de haver acréscimo no pessoal de ações finalísticas da entidade nos últimos anos, e o último concurso realizado para o Plano Especial de Cargos do DPF ter ocorrido em 2004.

d) Necessidades de redução ou ampliação do Quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado;

Devido a grande faixa de fronteiras secas, com 02 grandes produtores de drogas, há a necessidade de ampliação do número de funcionários policiais e administrativos.

e) Necessidades de renovação do Quadro próprio de recursos humanos no médio e longo prazo.

Há muitos servidores policiais e administrativos que já completaram tempo suficiente para aposentadoria, cerca de 25 servidores, além da característica de muitas remoções pelos mais diversos motivos, de ofício, por motivo de saúde, unidade familiar, e poucos removidos para o Estado.

f) Política remuneratória da UJ;

A remuneração é estabelecida pelo Governo Federal, e atualmente estão em vigor a Lei nº 11.538, de 08.11.2007, publicado no DOU de 09.11.2007 para a carreira policial federal e a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, publicada no DOU de 23.09.2008 para o Plano Especial de Cargos do DPF.

g) Situação e evolução do passivo trabalhista vinculado à UJ;

Com relação à avaliação de indicadores gerenciais sobre recursos humanos, vale observar que o Departamento de Polícia Federal não possui indicadores.

4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

– não ocorreu no período –

5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009

Quadro 31 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	0	0	0	0
2007	0	0	0	0
2009	6.200,67	260,19		5.940,48
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	1.143.842,87	0	1.143.842,87	0
2007	901.915,18	0	901.915,18	-0-
2009	445.572,46	8.105,89	749.702,89	1.316.979,83
Observações: (Relação de atos legais que autorizaram o pagamento no exercício de 2009 de RP Processados e Não-Processados inscritos até 2007)				

Fonte: SIAFI Gerencial

6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

7 – Previdência Complementar Patrocinada

– Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

9 – Renúncia Tributária

– Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

10 – Operações de Fundo

– Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

11 – Determinações dos Órgãos de Controle

11.1 – Recomendações da CGU

No exercício de 2009 não houve recomendações da CGU.

Quadro 32 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
0	0	0
Descrição da Recomendação:		
Prejudicado		
Providências adotadas:		
Prejudicado		

11.2 - Determinações e Recomendações do TCU

No exercício de 2009 não houve recomendações da TCU.

Quadro 33 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009


– não se aplica –

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, à CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.

13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios

Quadro 34 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):		Código das UGs:	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul.		200354 e 200355	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Campo Grande	Data	31 de março de 2010
Responsável	Marcelo Ricardo Haupenthal	Matrícula nº	11707


Marcelo Ricardo Haupenthal
ADM - Matr.: 11.707

14 – Outras Considerações

Em 2009 foi implementada a coleta seletiva de lixo na SR/DPF/MS, com acordo firmado com a APAE para o recebimento dos papeis para fins de reciclagem.

A custódia de presos foi reduzida de doze celas para duas, e no espaço remanescente foi implementada a custódia de provas e indícios, de acordo com padrões internacionais.

Com esta medida a regional reduziu substancialmente os custos com a alimentação dos presos.

Com a desativação do antigo sistema de ar-condicionado central, a regional obteve significativa economia com as contas de água e de energia, tendo em vista que passou a utilizar equipamentos individuais mais modernos.

Ainda em 2009, a unidade de Três Lagoas foi reformada para corrigir vícios de construção que estavam comprometendo as atividades da delegacia.

15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

(Documento em anexo)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

Memorando nº 64/2010 – SECONT/COF/DLOG/DPF

Em 18 de fevereiro de 2010

Ao Senhor Ordenador de Despesa

Assunto: **Declaração do Contador Responsável**

1. Encaminho a Vossa Senhoria a declaração do contador responsável pelas Unidades Gestoras 200354 e 200355 – Superintendência Regional Dep. Policia Federal – MS sobre as informações contábeis constantes do SIAFI.
2. A declaração foi emitida em consonância com a Portaria TCU nº 389/2009 e deve **subsidiar o preenchimento de demonstrativos do Relatório de Gestão**, conforme orienta a referida portaria.
3. Essa declaração substitui a apresentação das Demonstrações Contábeis, já que informa a situação das informações contábeis dessa Unidade Gestora.

Respeitosamente,


GLADSTON GUIMARÃES NAVES
Chefe do Serviço de Contabilidade



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDENCIA REG. DEP. POLICIA FEDERAL - MS	200354 - 200355
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">– a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;– o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e– a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local: Brasília/DF	Data: 18/02/2010
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8

MENSAGEM: 2010/0284942 DA EMISSORA 200240 SETORIAL DE CONTABILIDADE/DPF
EM 11/03/10 AS 16:36: POR GLADSTON GUIMARAES NAVES

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

SENHOR ORDENADOR DE DESPESA,

1. INFORMO A VOSSA SENHORIA QUE FOI ENCAMINHADA EM FEVEREIRO DE 2010 A DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA SUA UNIDADE GESTORA.
2. A DECLARAÇÃO FOI EMITIDA EM CONSONÂNCIA COM A PORTARIA TCU Nº 389/2009 E DEVE SUBSIDIAR O PREENCHIMENTO DE DEMONSTRATIVOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO, CONFORME ORIENTA A REFERIDA PORTARIA.
3. NA DECLARAÇÃO ENVIADA NÃO FOI MENCIONADO O PERÍODO A QUE SE REFERE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS SOB ANÁLISE.
4. DESSA FORMA, INFORMO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS MENCIONADOS NA DECLARAÇÃO REFEREM-SE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009, DEVENDO, PORTANTO, SER ESTA MENSAGEM ANEXADA A REFERIDA DECLARAÇÃO PARA COMPLEMENTAR A INFORMAÇÃO.

RESPEITOSAMENTE,
GLADSTON GUIMARÃES NAVES
CONTADOR RESPONSÁVEL
CRC Nº DF-12534/O-8